

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

JULIA XAVIER TORTORIELLO

**JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL:
FONTES E DESAFIOS**

São Paulo,
2025

JULIA XAVIER TORTORIELLO

**JORNALISMO POLÍTICO NO BRASIL:
FONTES E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa do
Centro de Pesquisa Interdisciplinar (CIP)
da Faculdade Cásper Líbero, como
requisito para a obtenção do título de
Pesquisadora da Faculdade Cásper Líbero.

São Paulo,
2025

AGRADECIMENTO

Primordialmente, agradeço aos meus pais que acompanharam minha trajetória desde o início e também pelo apoio emocional e pela compreensão durante os momentos difíceis.

Agradeço também à minha professora orientadora inicial, Marli dos Santos, que me guiou com paciência e incentivo durante esse processo. Por fim, agradeço também a todos que me apoiaram durante a realização deste estudo, especialmente à coordenadora do curso de Jornalismo, Deisy Feitosa, que foi essencial para que este projeto acontecesse e saísse do papel.

RESUMO

Faz-se um estudo sobre a relação do comunicador político, suas fontes e o estopim da tecnologia. Para a construção deste, foram utilizados dados documentais e entrevistas ativas, realizadas com três profissionais da área. Além disso, verifica-se a crise de credibilidade vivida no jornalismo da editoria política atualmente e como as fontes-sujeito reconheceram o seu poder como portadoras da informação, apresentando a Revolução das Fontes como uma forma de autonomia do portador primário da notícia.

Palavras-chave: Jornalismo político. Fonte. Relação. Evolução. Credibilidade.

SÚMARIO

1. Introdução
 - 1.1. Breve histórico do jornalismo político no Brasil
2. O jornalismo político
 - 2.1. Implicações de atuar na editoria política
3. Fontes no jornalismo político
 - 3.1. Transformações tecnológicas e novos cenários
 - 3.2. Jornalismo declaratório e as fontes anônimas
 - 3.3 A diversidade dos repórteres e das fontes
4. Metodologia
5. Análise de entrevistas
6. Considerações finais
7. Referências bibliográficas

01. INTRODUÇÃO

A construção deste estudo apresenta uma análise qualitativa da dinâmica estabelecida entre jornalistas políticos e suas fontes.

Nesse sentido, a pesquisa se apoiará na compreensão da política brasileira, no conceito de jornalismo político, nas suas práticas, na delimitação de fontes e na sua construção de poder ao se reconhecerem como portadoras da informação.

Para viabilizar a reflexão, o objeto de análise será fundamentado nas experiências da jornalista Gabriela Enchenique, repórter política da CBN, rádio da editora Globo, de Matheus Meirelles, repórter político da GloboNews, e Luis Nassif, colunista do jornal independente GGN (Grupo Gente Nova).

Acresce observar que serão utilizados recursos acadêmicos para a instrução sobre a política brasileira em âmbito geral. No mesmo sentido, a categorização de fontes será evidenciada por meio de artigos científicos, bem como de suas relações com os comunicadores midiáticos.

Conjuntamente à apuração de conteúdos textuais, será utilizada a abordagem de entrevistas para coletar experiências vivenciadas pelos profissionais, a fim de entender como exercem a sua profissão. Para a elaboração das análises, serão considerados fatores que permitam abranger diferentes grupos de idade, raça e gênero. A partir disso, os comunicadores Luís Nassif, Matheus Meirelles e Gabriela Echenique compartilharam informações essenciais para a execução deste estudo.

Diante deste contexto, o tema é justificado através da crise de credibilidade inserida no mercado midiático, causada pela disseminação de *fake news* e desconexão política por parte do público. Simultaneamente, é perceptível a progressão no número de fontes independentes, decorrente do reconhecimento de

seu poder perante um comunicador — com a ascensão da tecnologia —, criando, segundo Chaparro (2014), a Revolução das fontes (CHAPARRO, 2014, p. 58).

O estímulo do estudo — apesar de pouco explorado nas constâncias da atualidade — é amplamente destacado na literatura, que esclarece a complexidade da comunicação do jornalista e de suas fontes.

Segundo Koster (2013), parte dessa relação se constrói pelas técnicas que as fontes no jornalismo político utilizam, portanto, mostrando como estas não apenas fornecem informações, mas influenciam a agenda das redações e os rumos da cobertura. Essa perspectiva é reforçada quando Mamou, em “A culpa é da imprensa” (1992), destaca que a imprensa, ao priorizar a rapidez e a exclusividade da informação, pode se tornar dependente das fontes, comprometendo a profundidade e a veracidade do jornalismo.

À luz desta perspectiva, os métodos utilizados na comunicação política, como o jornalismo declaratório e o uso intensificado de fontes anônimas, na construção de reportagens textuais ou televisivas, estão diretamente vinculados à decadência da confiabilidade da população na mídia e à conservação do poder da fonte por meio da permanência do contato.

Em progressão, demonstra-se que o levantamento se baseia em compreender a teia comunicacional entre fontes e jornalistas dentro do ambiente político, assim, observando as técnicas utilizadas nos dois campos da notícia, levando em consideração seu reconhecimento como profissional e mensageiro. De forma específica, verifica a categorização de fontes, o uso de redes sociais como declaração, confiabilidade e independência.

Silva (2008) complementa essa análise ao observar que, na era digital, as fontes passaram a atuar de forma mais performática, conscientes de sua visibilidade

e do impacto de suas declarações nos meios digitais, o que exige maior adaptação por parte dos jornalistas.

O estudo analisado será construído em diferentes blocos para haver contextualização total do tema no qual está inserido, observando a fundamentação teórica e a interpretação sob a visão dos profissionais que foram questionados sobre a temática aqui apresentada.

Limitações do estudo incluem o número reduzido de entrevistados e o recorte geográfico restrito a profissionais de redação situados em Brasília e São Paulo.

1.1 Breve histórico do jornalismo político no Brasil

O jornalismo de editoria política, no Brasil, tem raízes históricas que acompanham a construção da democracia; apesar disso, teve seu marco em território nacional no século XIX, quando jornais e panfletos circularam como artifícios de discussões e disputas políticas.

Durante a Primeira República (1889–1930), por exemplo, o jornalismo político esteve vinculado às oligarquias regionais; Massimo (2022) reforça essa ideia ao analisar a biografia de senadores e dirigentes partidários da época que, por consequência, eram as mesmas pessoas que fundavam os jornais, atuando como extensão da propaganda partidária.

Já no Estado Novo (1937–1945), a censura e o controle da mídia restringiram a liberdade de imprensa, colocando a cobertura política sob vigilância estatal, assim como na Ditadura Militar (1964–1985), parte significativa da grande imprensa também se alinhou aos interesses do regime, evitando ameaças de censura – Salgueiro (2016) reforça essa ideia ao analisar o governo de Getúlio Vargas dentro da imprensa

carioca; em dados apresenta que, de 316 registros, 36 eram favoráveis, 247 eram neutros e apenas 33 eram contrários ao sistema. Esse período evidenciou a ambivalência do jornalismo político, ora como ferramenta de poder, ora como espaço de contestação.

Após a redemocratização, consolidou-se o papel do jornalismo político como pilar democrático. A cobertura de eleições diretas e de escândalos de corrupção colocou a editoria no centro do noticiário, ampliando a percepção de que a imprensa atua como observadora imparcial, forma exemplificada deste fenômeno ocorreu na eleição presidencial de 2022, onde o jornalismo atuou como mediador entre os candidatos, as instituições e a sociedade.

02. JORNALISMO POLÍTICO

Sob ótica gramatical, o jornalismo configura-se como a prática de recolha e transmissão da informação, democratizando o conhecimento do homem sobre o mundo ao seu redor.

Segundo Tavares (2011), a editoria de política deve ser entendida como uma especialização jornalística responsável pela cobertura sistemática de instituições, atores e processos políticos. Trata-se de uma área que exige dos jornalistas conhecimento técnico e domínio da linguagem e da dinâmica política. O segmento decorre do processo de profissionalização do jornalismo, no qual o campo passou a demandar profissionais capazes de interpretar e traduzir cenários complexos para o público. Em enquadramento historiográfico, o jornalismo político é um dos principais pilares do conhecimento, ao público, sobre o que ocorre na polis.

2.1 Implicações de atuar na editoria política

Segundo Cook (2011), os jornalistas são atores políticos. Nesse sentido, o comunicador é uma das pilstras da democracia na notícia política. O autor também acrescenta que o jornalista pode decorrer dos princípios de objetividade e de “custe o que custar”; nesse cenário, o profissional se responsabiliza pelas consequências sociais e políticas de sua cobertura e pela veracidade dos fatos.

A prática de noticiar e selecionar os fatos, como comunicador profissional, influencia como os acontecimentos são apresentados ao público. Além disso, o uso de estratégias para que isso ocorra revela a complexidade do trabalho jornalístico, que não se limita à simples transmissão de informações, mas envolve decisões editoriais conscientes quanto à relevância, ao impacto e ao interesse público.

Na prática, a comunicação política é onde o representante da imprensa se depara com a linha editorial e o perfil do público-alvo. Por exemplo, jornais textuais digitais, como UOL e G1, podem adotar formatos mais rápidos e diretos, explorando a possibilidade de vitalização e de engajamento.

Essa adaptação constante evidencia a flexibilidade do jornalista no campo político, que deve atender às demandas de um público, sem perder o foco na construção de sentido das notícias, mantendo a confiabilidade no universo da crise de credibilidade brasileira.

A despeito disso, atuar na editoria política impõe desafios próprios. O jornalista precisa cultivar relações próximas com fontes relevantes — como parlamentares, assessores, ministros e líderes partidários — sem perder sua independência. Essa proximidade acarreta o risco de captura discursiva, uma vez que o acesso à

informação pode estar condicionado a concessões editoriais. Segundo a jornalista de editoria política da Rádio CBN da Editora Globo, Gabriela Echenique, além de manter contato com fontes oficiais, como parte do ofício, é necessário manter contato com os bastidores, que fornecem informações que podem ser omitidas por grandes nomes.

“Uma fonte pode ir de um motorista a um ministro, e cada relação tem sua dinâmica própria.” (GABRIELA ENCHENIQUE, 2025)

3. FONTES NO JORNALISMO POLÍTICO

A expressão “fonte”, no jornalismo, refere-se a todos os componentes que podem fornecer informações na produção de uma notícia. Segundo Pinto (2000), a classificação das fontes está vinculada a perspectiva e ao interesse do jornalista, portanto: de natureza (pessoais ou documentais), origem (pública ou privada), duração (esporádicas ou permanentes), âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), grau de envolvimento nos fatos (primárias ou secundárias), atitude face ao jornalista (ativa ou passiva), identificação (explicitadas ou confidenciais) e segundo a metodologia ou estratégia de atuação (proativas ou reativas).

Apesar dos diferentes tipos de definição, o âmbito desta investigação concentra-se nas fontes-sujeitos, ou seja, são os agentes diretos que fornecem e interpretam acontecimentos, atuando, portanto, na construção de uma notícia de forma prática, tal como aponta Koster (2013), em que a fonte pode ser vista como um sujeito ativo na disputa pela narrativa pública. Apesar disso, a fonte é como um arquivo vivo,

que se mantém em estudo desde o início do jornalismo e de sua relação com os portadores da informação — conforme o assunto exposto neste estudo —.

3.1 Transformações tecnológicas e novos cenários no jornalismo

Com a digitalização, as fontes passaram a atuar de forma mais autônoma, utilizando redes sociais como canais diretos de comunicação com o público. Silva (2008) observa que estas, conscientes de sua visibilidade, assumem uma postura performática, produzindo discursos que dispensam a mediação jornalística.

Exemplos recentes no Brasil incluem o uso intensivo do X — antigo Twitter — por políticos (como Nicholas Ferreira, Kim Kataguirí, etc.) para anunciar medidas, posicionar-se sobre crises ou contestar a imprensa. Essa configuração alterou o equilíbrio de poder entre jornalistas e fontes, exigindo dos profissionais da imprensa não apenas habilidades de apuração, mas também competências interpretativas e éticas diante de tais fontes.

Nesse sentido, a fonte deixa de ser apenas um agente passivo de informação e passa a ser compreendida como um ator que atua com interesses estratégicos.

Mamou (1992) destaca a vulnerabilidade da imprensa política diante das fontes oficiais, argumentando que, muitas vezes, os jornalistas se tornam reféns da rapidez da informação em detrimento de sua veracidade.

3.2 Jornalismo delatatório e as fontes anônimas

No jornalismo político, a reprodução de falas de autoridades sem qualquer verificação é constante. Vaz Chagas e Da Cruz (2022) identificam esse comportamento como jornalismo declaratório e, por consequência, compromete a

pluralidade informativa e reforça o poder simbólico das fontes oficiais, enfraquecendo a relação entre fontes-sujeito e jornalista.

Há, ainda, dilemas éticos relativos ao uso de informações sigilosas, categorizadas como “*off the record*”, segundo Schmitz (2011); esse tipo de elemento jornalístico demonstra intenção clara de manter em segredo a identificação de quem fez a declaração confidencial e isso, segundo Enchenique, faz com que as fontes tenham mais participação no jornalismo. O jornalista do GloboNews, Matheus reforça:

“A fonte anônima sempre existiu e mantém muito valor. Ela traz não só informação, mas a percepção do que acontece.” (MATHEUS MEIRELLES, 2025)

3.3 A diversidade dos repórteres e das fontes

Durante décadas, o jornalismo político brasileiro foi dominado por repórteres e fontes majoritariamente classificados como homens brancos, o que influenciava a forma como o noticiário era construído. Essa ideia se intensifica com o resultado do estudo de Fernandes (2023) que afirma que, ao longo de 10 anos, apesar de falar em mudanças, a Rede Globo continua com o elenco praticamente igual, branco e heteronormativo.

Apesar disso, observa-se um movimento de diversificação, tanto entre profissionais quanto entre os que portam a informação; agora, a presença de mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas LGBTQIA+ contribui para a pluralização do que é noticiado. Ainda assim, a evolução não está completa, afirma Meirelles:

“A cobertura política está mais diversa do que antes, mas ainda não há Equilíbrio completo. As mulheres e pessoas negras têm espaço, mas são uma minoria” (MATHEUS MEIRELLES, 2025)

Na continuidade da interlocução com o jornalista do GloboNews, estabeleceu-se que a cobertura política ainda tende a reproduzir lógicas tradicionais de poder, dedicando maior atenção às elites partidárias e econômicas do que às vozes sociais emergentes.

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Os especialistas consultados sobre a relação com as fontes, confirmaram que há a forte dependência de fontes oficiais no jornalismo político, sobretudo em coberturas de Congresso e Executivo; apesar disso, também relatam proximidade para além de assessores de imprensa mas, para pessoas do âmbito pessoal das fontes oficiais, como afirma Gabriela Enchenique onde uma fonte pode caminhar de parlamentares até o motorista ou faxineira do ministro, — assim se cria uma dinâmica própria na relação de confiabilidade.

Outro ponto recorrente durante as análises, foi o impacto das redes sociais no jornalismo e, por conseguinte, a hiperprodução de notícias, afirmando que a competição entre redações, somada à exigência de atualizações constantes, favorece a reprodução de falas sem checagem aprofundada, levando a proliferação de *fake news*, um dos maiores desafios da atualidade, assim citado por Meirelles:

“O maior desafio do jornalismo político hoje é combater as fake news, que têm alcance tão grande quanto o da informação verdadeira.”
(MATHEUS MEIRELLES, 2025)

Já a competição na produção de notícias, Luís Nassif, jornalista especializado em política e economia, afirma que foi causada pela internalização da tecnologia dentro do jornalismo:

“As redes sociais, especialmente em temas ligados à política e economia, refletindo a mesmice que vem da imprensa” (LUIS NASSIF, 2025)

Apesar das dificuldades, os entrevistados ressaltaram a importância de manter uma postura crítica, buscando ampliar a diversidade de fontes e incluir vozes da sociedade civil, ainda que esse esforço esbarre em limitações estruturais de tempo e de espaço editorial.

Além da diversidade de fontes, os profissionais ressaltam a diversificação no cenário jornalístico, especialmente na editoria política. Enchenique, Meirelles e Nassif argumentam que em quesito de gênero, a representatividade aumentou de forma considerável na política midiática, já em quesito de raça, a representação continua muito baixa e deve aumentar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia os desafios históricos que os jornalistas enfrentam perante as fontes-sujeito e oficiais ao longo de sua história. Desde seus primórdios, a imprensa política oscilou entre ser espaço de resistência e instrumento de poder, mesmo no cenário atual isso ocorre de forma leve, já que a imparcialidade prevalece.

Por conseguinte, as fontes demonstram mudança em seu comportamento e para entendê-las a classificação de Schmitz (2011) demonstra a diversidade dos portadores da notícia em todos os seus âmbitos, — e como elas podem obter poder a partir do reconhecimento da detenção da notícia —, mas, como problematizado por Mamou (1992), a dependência de fontes oficiais e a prática do jornalismo declaratório fragilizam a autonomia crítica do jornalismo, o que fragiliza a sua credibilidade, assim como o cenário atual.

A problemática se mantém, não apenas na literatura brasileira, mas também no campo ativo do jornalismo, evidenciado por profissionais de diferentes épocas como, Matheus Meirelles, Luiz Nassif e Gabriela Enchenique que afirmam lidar com a autonomia da fonte especialmente em âmbito político, onde as redes sociais e as fontes oficiais ditam novas formas de controlar as notícias há mais de uma década.

As transformações tecnológicas intensificaram esse cenário, pois políticos e instituições passaram a se comunicar diretamente com a sociedade, reduzindo o papel da imprensa como mediadora exclusiva.

Conclui-se que, para manter sua relevância democrática, o jornalismo político precisa ampliar sua diversidade de comunicadores e fontes, resistir ao jornalismo declaratório — que desvaloriza o trabalho do jornalista — e investir em práticas de

análise crítica, reafirmando seu papel enquanto instituição, como argumenta Cook (2011).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mamou, Yuves: “A culpa é da imprensa”, um ensaio sobre a fabricação da informação — Marco Zero Editora, 1992

Sousa, Jorge Pedro: A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: um estudo exploratório — Universidade Fernando Pessoa, 2002

Miguel, Luis Felipe: Os meios de comunicação e a prática política — 2002

Silva, Samuel: As fontes jornalísticas na era digital: relações e encenação — Universidade do Minho, 2008

Schmitz, Aldo Antonio: Classificação das fontes de notícias — Universidade Federal de Santa Catarina, 2011

Cook Timothy E.: O jornalismo político - Rumor Koster, Gabrielle: A importância das fontes jornalísticas na editoria política, 2013

Chaparro, Manoel: “Jornalismo: Linguagem dos conflitos” — Edição do Autor, 2014

Moura, Diane, Pereira, Fábio, Adghirni Zélia: “Mudanças e permanências do jornalismo” — Editora Insular, 2015

Salgueiro, de Melo Eduardo: “História, imprensa e política: contribuições acerca do debate em torno da “mítica” neutralidade do jornalismo brasileiro nos anos 1950” — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016

Vaz Chagas, Luãn José e Da Cruz, Marcio Camilo: “Jornalismo declaratório e fontes oficiais”, — 2022

Massimo, Lucas: “Fundadores de jornais e dirigentes partidários: Recursos estratégicos para a competição Oligárquica na biografia dos senadores brasileiros”, — Estudos Históricos, 2022

ABNT 2023 – Guia para Normalização de Trabalhos Acadêmicos – Faculdade Cásper Líbero, 2023

Fernandes, Montuori Carla: “Telejornalismo e diversidade: uma análise da falta de representatividade de jornalistas negros no jornal nacional” – Revista Diversidade e Educação, 2023

Recuerdo, Pozzebon e Dutra: “A desinformação narrada pela checagem, estudo das eleições de 2018 e 2022” – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em comunicação, 2025

